



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 196/2026	
LOCAL DA DISPUTA (PLATAFORMA ELETRÔNICA): www.licitanet.com.br			
OBJETO:			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE JEREMOABO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA FINAL, ENTREGA TÉCNICA ASSISTIDA, MANUAIS, CADASTRO “AS BUILT” E TODOS OS DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL(TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 098/2026),.			
REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	TIPO DE LICITAÇÃO
NÃO	FACULTATIVA	CONTRATO	MENOR PREÇO
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP/GP		RESERVA COTA	EXIGE AMOSTRA
NÃO SE APLICAM OS BENEFÍCIOS DOS ARTS. 42 A 49 DA LC 123/2006		NÃO	NÃO
OBSERVAÇÕES GERAIS			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO MODO DE DISPUTA: ABERTO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO: VEDADO			
INVERSÃO DE FASES	GARANTIA DA PROPOSTA	GARANTIA CONTRATUAL	
SIM	SIM, 1% (um por cento)	5% DO VALOR DO CONTRATO	
Informações: licitacao@jeremoabo.ba.gov.br			
Diário Oficial / Licitações: https://transparencia.jeremoabo.ba.gov.br/editais-licitacoes			
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores.			
JEFFERSON DE OLIVEIRA SOUZA AGENTE DE CONTRATAÇÃO			



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
COM INVERSÃO DE FASES
Processo Administrativo nº 196/2025

PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO - BAHIA**, inscrita no CNPJ nº 13.452.958/0001-65, situada na Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro, Jeremoabo, Estado da Bahia, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JEREMOABO**, inscrito no CNPJ sob nº 13.150.314/0001-12, representados respectivamente por **JOÃO BATISTA MELO DE CARVALHO**, Prefeito Municipal, e **RISVALDO VARJÃO OLIVEIRA JÚNIOR**, Secretário Municipal de Saúde, por meio da Comissão de Contratação, Jefferson de Oliveira Souza, Agente de Contratação, Ângelo Expedito Mota e Jeferson Silva de Carvalho, membros da Comissão, designado pelos Decretos nº **008 e 053/2025**, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada através do Decreto Municipal Nº 196/2023, de 28 de dezembro de 2023. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 11:00h do dia 25/06/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 11:00h do dia 25/06/2026

LOCAL - SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br>

EDITAL DISPONÍVEL EM: www.jeremoabo.ba.gov.br/site/editais-licitacoes (diário oficial) e no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/app/editais> (PNCP).

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br> e www.jeremoaob.ba.gov.br (diário oficial).

1. OBJETO:

1.1. O presente Edital tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE JEREMOABO**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, testes, comissionamento, documentação técnica final, manuais, cadastro “as built” e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento.

1.2. O objeto será executado em unidade hospitalar em funcionamento, ao menos de forma parcial e faseada, exigindo da futura contratada planejamento executivo, segregação física de áreas, controle de interferências, preservação de fluxos assistenciais, coordenação de sistemas especiais e observância das diretrizes constantes do Termo de Referência / Habilitação / Projeto Básico.

1.3. O objeto será contratado em lote único, em razão da interdependência técnica entre obra civil, sistemas prediais críticos, climatização, gases medicinais, instalações elétricas, alimentação crítica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

GLP, prevenção e combate a incêndio, comissionamento e entrega funcional.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências deste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto, habilitação, proposta, exequibilidade, medição, pagamento, riscos e execução contratual.

1.5. Os serviços serão executados sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, com medição por quantitativos efetivamente executados e regularmente aprovados pela fiscalização.

1.6. O modo de disputa será **ABERTO**.

1.7. A moeda adotada será nacional (Real) na forma da planilha orçamentária que se anexa a este instrumento.

2. CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA:

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no <https://www.licitanet.com.br>, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro na plataforma deverá ser feito no <https://www.licitanet.com.br>, no **sítio oficial**, por meio de certificado/acesso digital.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no <https://www.licitanet.com.br> e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável e que estiverem previamente credenciados, por meio do **sítio** <https://www.licitanet.com.br>.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado/acesso digital para acesso ao sistema.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

da habilitação.

3.5. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.13. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.14. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio. A vedação decorre da necessidade de preservação do comando executivo centralizado da obra, da forte interdependência entre frentes civis e sistemas especiais, da execução do objeto em hospital em funcionamento, da necessidade de responsabilização contratual direta e unívoca e da conclusão técnica de que a subcontratação parcial controlada é suficiente para absorver especialidades acessórias sem fragmentar a governança da execução ;

3.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.17. O impedimento de que trata o item 4.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7 e 4.8 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.20. O disposto nos itens 4.7 e 4.8 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.22. A vedação de que trata o item 4.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.23. Não se aplicam ao presente certame os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação é estruturada em lote único e possui valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.24. A declaração falsa sobre condição de participação, inexistência de impedimento, enquadramento empresarial, regularidade documental ou qualquer requisito do certame sujeitará a licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis

4. DA INVERSÃO DAS FASES

4.1 A presente concorrência eletrônica adotará inversão de fases. A habilitação será examinada antes da fase competitiva de lances, e somente participarão da disputa de preços as licitantes previamente habilitadas.

4.2 A habilitação compreenderá: habilitação jurídica; regularidade fiscal, social e trabalhista; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; documentos complementares e declarações.

4.3. A disciplina completa da habilitação consta do Termo de Referência / Habilitação / Projeto Básico, que integra este Edital para todos os efeitos, inclusive quanto aos documentos exigidos, forma de apresentação, equipe técnica mínima, capacidade técnico-operacional, capacidade técnico-profissional, capital social mínimo, índices econômico-financeiros e declarações obrigatórias.

4.4. A licitante deverá apresentar sua documentação de forma organizada, identificável, sequencial e rastreável, em campo próprio do sistema LICITANET, observando a ordem das exigências editalícias e a separação lógica por grupos documentais.

4.5. A Administração não está obrigada a reconstituir, por iniciativa própria, a lógica interna de arquivos apresentados de forma caótica, desconexa, embaralhada, sem identificação mínima ou incapaz de demonstrar com clareza o atendimento às exigências do certame

4.4 DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Metodologia de Estimativa

4.4.1.1. O processo de estimativa de valor para esta contratação observou o disposto no **Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece os parâmetros para a aferição do valor de mercado.

4.4.1.2. A estimativa de custos foi elaborada por meio de composições e pesquisas de mercado que detalham os custos envolvidos na prestação dos serviços, fundamentada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e em seus anexos (planilha orçamentária).

5. FASE DE HABILITAÇÃO

SERÃO ANALISADOS E CONFERIDOS TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME, ANTES DA ABERTURA DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS POR MEIO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO:
<https://www.licitanet.com.br>.

5.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, são os necessários e suficientes para



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 9.16, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de contratação.

5.2. **Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do <https://www.licitanet.com.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.**

5.3. Poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

5.3.1 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

5.3.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

5.3.3 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

5.3.4 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos **será realizada no prazo de até 2 (duas) horas**, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. ADMINISTRATIVOS ACERCA DAS HABILITAÇÕES

6.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada, será concedido o **prazo de no máximo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer acerca dos documentos de habilitação apresentados, em campo próprio do sistema.

6.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

6.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade.

6.4. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, em consonância com o preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

6.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. Caso o Agente de Contratação não exerça juízo de retratação, a questão será apreciada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

Autoridade Competente para homologar o resultado final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na plataforma e na sede do município, em dias úteis no horário de 08h00min às 12h00min.

6.9. O recurso interposto em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não serão conhecidos.

6.10. A contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

7. DISPUTA E CONDUÇÃO DO CERTAME:

7.1 Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

7.2 A operacionalidade do certame se fará por meio do <https://www.licitanet.com.br>, junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3 O <https://www.licitanet.com.br> se destina especificamente a realização da fase de envio dos documentos de habilitação e disputa de preços enquanto que as publicações referentes a condução do processo licitatório devem ser acompanhadas no www.jeremoabo.ba.gov.br.

7.4 A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao <https://www.licitanet.com.br>, e subsequente encaminhamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

7.5 O encaminhamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

7.6 Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

7.7 Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do certame Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

7.9 Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 30 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

7.10 No caso de desconexão apenas do Licitante, este deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

7.11 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

7.12 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.13 Somente os licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

7.14 A inabilitação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 A participação no certame eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante.

8.2 As propostas possuem prazo de validade de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura das propostas de preços.

8.3 No momento do envio da proposta o licitante deverá declarar por meio do sistema eletrônico em campo específico:

8.3.1 Que está ciente com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

8.3.2 De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

8.3.4 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.5 Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente;

8.4 As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo Agente de Contratação, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma.

8.5 Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

8.6 Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.7 Ao cadastrar sua proposta no sítio do <https://www.licitanet.com.br>, o licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto.

8.8 HAVERÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO.

Deverá ser juntado no momento da apresentação da proposta, nos termos do artigo 58, da Lei nº 14.133/21, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, **como requisito de Pré - habilitação, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação**, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em caso de apresentação de seguro garantia em apólice anexar comprovante de pagamento da mesma, **sob pena de desclassificação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 8.8.1 **Caso opte pelo recolhimento da garantia da proposta em dinheiro**, deverá ser depositada no Banco do Brasil, em nome da Prefeitura Municipal de Jeremoabo-BA, Ag.0936-9, C/C: 31.735-7.
- 8.9 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.
- 8.10 Serão **desclassificadas** as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 8.11 O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão.
- 8.12 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 8.13 A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.
- 8.14 As propostas e anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9. FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO:

- 9.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes habilitados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e o valor registrado de cada lance.
- 9.2 Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 9.3 Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances que forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, e registrado no sistema eletrônico pela própria licitante.
- 9.4 Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se a licitante desistente às sanções previstas neste Edital.
- 9.5 Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.6 Será adotado para o envio de lances na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 9.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.8 Após o término do prazo estabelecido nos item anterior, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.9 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.10 A licitante melhor classificada será convocada para **reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, no prazo de até 2 (duas) horas**, sujeitando-se a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 9.12 O sistema verificará a proposta arrematante e o Agente de Contratação anunciará o lance vencedor após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e decisão acerca da aceitação do lance de **MENOR PREÇO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

9.13. Será vencedora a empresa que atender ao edital e ofertar o **MENOR PREÇO**.

9.14. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.14.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.14.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.15 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.15 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.16. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.17 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.18 Poderão ser desclassificadas as propostas de licitantes até a assinatura do contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação que desabonem sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.

10. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO - PROPOSTA DE PREÇO:

10.1 A Licitante vencedora deverá providenciar a documentação relativa à **PROPOSTA DE PREÇO**, no prazo de até 2 (duas) horas, contados a partir da arrematação, via sistema, respeitado o limite do sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários, os seguintes documentos:

- a) CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO, com prazo de validade da Proposta de Preços não inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Orçamento completo e detalhado compreendendo as planilhas orçamentárias;
- c) Cronogramas Físico-Financeiro, em consonância ao prazo de execução estipulado no edital;
- d) Composição de preços unitários de todos os itens da Planilha Orçamentária;
- e) Planilha de composição analítica do BDI;
- f) Composição de Encargos Sociais;
- g) Dados para assinatura do contrato.

10.2 Por motivo de força maior, caso o Licitante não consiga enviar a documentação relativa à **PROPOSTA DE PREÇO**, no prazo previsto, deverá relatar o problema via chat, solicitando o suporte ao <https://www.licitanet.com.br> e solicitar a prorrogação do prazo.

10.3 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, será **DECLASSIFICADA** caso:

10.3.1 Não apresente no prazo os documentos exigidos no item 10.1;

10.3.2 Contenha vícios insanáveis;

10.3.3 Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

10.3.4 Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

10.3.5 Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

10.3.6 Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

10.4 A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

10.5 Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 § 4º da Lei 14.133/2021.

10.6 Quando for o caso, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 § 5º da Lei 14.133/2021.

10.7 A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

10.8 Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

10.9 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade, a remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS ACERCA DA PROPOSTA DE PREÇO:

11.1 Realizado o aceite da proposta da licitante melhor qualificada, será concedido o **prazo de no máximo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer acerca das propostas de preço apresentadas, em campo próprio do sistema.

11.2 A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade.

11.4 O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.7 A admissibilidade ou não do recurso será efetuada, pelo Agente de Contratação, após o encerramento do prazo de recurso da fase de habilitação.

12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

14.1 Para assegurar a fiel execução do contrato, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, em conformidade com o art. 96, I, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por meio de uma das modalidades previstas em lei:

a) **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, estes últimos emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil;

b) **SEGURO-GARANTIA, COM APÓLICE APROVADA PELA ADMINISTRAÇÃO**, devendo contemplar cláusula de renovação obrigatória durante toda a vigência contratual;

c) **FIANÇA BANCÁRIA**, emitida por instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

14.3. O valor da garantia poderá ser elevado até o limite de 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, quando se tratar de contrato de grande vulto ou de serviços de alta complexidade técnica e riscos relevantes, mediante decisão fundamentada da Administração, nos termos do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A garantia prestada terá vigência por todo o prazo contratual, inclusive em eventuais prorrogações, devendo ser renovada pela contratada sempre que se fizer necessário, de modo a não haver descontinuidade de sua validade.

14.5. A Administração poderá reter, total ou parcialmente, a garantia contratual para cobertura de prejuízos causados pelo inadimplemento das obrigações assumidas pela contratada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas em lei e no contrato.

14.6. A liberação da garantia ocorrerá após a execução integral do objeto, mediante o recebimento definitivo do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, desde que não subsistam pendências ou responsabilidades da contratada perante a Administração.

15 TERMO DE CONTRATO:

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

(Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

15.4.1. A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

15.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

15.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

16.1. Do Reajuste

16.1.1 O reajuste de preços será admitido após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação das propostas, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021. O índice a ser adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, por refletir de forma abrangente a variação inflacionária dos custos gerais que incidem sobre a execução do objeto. O reajuste destina-se exclusivamente à preservação da equação econômico-financeira original, assegurando que a proposta vencedora permaneça compatível com as condições de mercado e evitando o seu desequilíbrio em virtude da perda do poder aquisitivo da moeda.

16.2. Da Repactuação

16.2.1 Será admitida a repactuação contratual sempre que sobrevierem instrumentos normativos trabalhistas, a exemplo de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho, que impactem diretamente nos custos da mão de obra vinculada à execução do objeto. A repactuação ficará restrita aos postos de trabalho efetivamente previstos no contrato e limitada ao percentual de aumento estabelecido no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

instrumento coletivo aplicável.

16.2.2 O pleito deverá ser instruído com a juntada dos instrumentos normativos trabalhistas e com planilhas de composição de custos detalhadas, que demonstrem de forma analítica a repercussão sobre a planilha de preços contratual.

16.2.3 A Administração Municipal, ao apreciar o pedido, poderá exigir informações adicionais, documentos comprobatórios ou perícias técnicas, sempre com vistas à adequada instrução processual. Ressalte-se que a repactuação constitui mecanismo próprio de recomposição de custos diretos de pessoal, não se confundindo com o reajuste de preços nem com o reequilíbrio econômico-financeiro, estando vinculada ao disposto nos arts. 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

16.3.1 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro sempre que ocorrerem fatos supervenientes que comprometam a equação inicial da proposta aceita, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.3.2 Enquadram-se nessa hipótese os fatos imprevisíveis, os previsíveis de consequências incalculáveis, bem como o caso fortuito, a força maior, o fato do príncipe ou o fato da Administração, desde que tais eventos produzam efeitos que onerem de forma excessiva a execução contratual ou a tornem inviável.

16.3.3 O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com documentação comprobatória do evento superveniente, acompanhada de análise técnico-financeira que demonstre objetivamente as repercussões sobre a execução do contrato, de forma a permitir a recomposição justa e proporcional da equação inicial, vedado o enriquecimento sem causa de qualquer das partes.

17 ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

19 PAGAMENTO:

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

20 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

20.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações contratuais sujeitará a contratada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada a prévia instauração de processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa.

20.2 As penalidades aplicáveis compreenderão, de forma não excludente:

- a) advertência, quando se tratar de faltas de menor relevância, que não causem prejuízos significativos à execução contratual;
- b) multa, calculada conforme os limites e critérios definidos neste Termo de Referência;
- c) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Jeremoabo/BA**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses de infrações graves;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações gravíssimas que comprometam a confiança da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

20.3. As multas contratuais serão graduadas conforme a gravidade da infração e a extensão do prejuízo, observando-se os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso no cumprimento das obrigações, até o 30º (trigésimo) dia;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia;
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de inexecução total ou parcial, sem prejuízo da rescisão unilateral e da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

20.4. O não recolhimento do valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, implicará a retenção da quantia de pagamentos devidos à contratada, utilização da garantia contratual ou cobrança judicial, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

20.5. As multas previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma cumulativa e não possuem caráter compensatório, sendo devidas independentemente da responsabilidade da contratada por perdas e danos.

20.6. Constatada a ocorrência de infração grave que comprometa a regular execução do objeto, a Administração poderá, com fundamento no art. 137, II, e no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, promover a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

21 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

21.1 Qualquer interessado poderá solicitar da Comissão de Contratação esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

21.2 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

21.3 As petições de impugnação e os esclarecimentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet em campo próprio, para o endereço <https://licitanet.com.br/>.

21.4 Não serão conhecidas as impugnações ou esclarecimentos interpostos através de e-mail ou por outro meio que não seja através do campo próprio do sistema <https://licitanet.com.br/>.

21.5 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, nos autos do processo de licitação.

21.7 A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo a Agente de Contratação requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.8 Acolhida a impugnação, **será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.**

22 DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no endereço eletrônico www.jeremoabo.ba.gov.br/site/editais e poderão ser lidos no endereço a Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro, Jeremoabo/BA, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23 INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

23.1 ANEXO I - Modelo de Carta de Apresentação da Proposta de Preço.

23.1.1 ANEXO II - Modelo de Declaração de Indicação de Equipe Técnica.

23.1.2 ANEXO III - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

23.1.3 ANEXO IV - Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

23.1.4 ANEXO V - Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

23.1.5 ANEXO VI - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

23.1.6 ANEXO VII - Declaração de Visita Técnica Facultativa.

23.1.7 ANEXO VIII - Declaração de Não Realização de Visita Técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 23.1.8 ANEXO IX - Minuta de Termo de Contrato.
- 23.1.9 ANEXO X - Termo de Referência.
- 23.1.10 ANEXO XI - Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma, BDI, Layouts.
- 23.1.11 ANEXO XII - Estudo técnico preliminar.

Jeremoabo-BA, 18 de maio de 2026

JOÃO BATISTA MELO DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Jeremoabo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO I - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE JEREMOABO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA FINAL, ENTREGA TÉCNICA ASSISTIDA, MANUAIS, CADASTRO “AS BUILT” E TODOS OS DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL(TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 098/2026).

Prezado Senhor,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, a veracidade das informações e autenticidades dos documentos apresentados, e temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão as obras e serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1. PROPONENTE:

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ.: _____

Conta Corrente Pessoa Jurídica: _____ Agência: _____ Banco: _____

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA DE PREÇOS É DE R\$: _____ ().

2.1. Os valores unitários e globais de cada item, bem como de cada serviço encontram demonstrados na planilha de preços anexada à presente carta proposta, que será utilizada para fins de acompanhamento físico e financeiro, e eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, nos termos do Art. 56, §5º., da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

2.2. Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar o objeto descrito no prazo fixado no edital, a contar da data da emissão e assinatura do Instrumento Contratual/Equivalente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

2.3. Esta proposta representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer data antes da expiração desse prazo.

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A validade da proposta é de ____ (_____) dias, a contar da data de abertura do certame. (A proposta não poderá ter validade inferior a sessenta dias).

4. DECLARAÇÃO DE CUSTOS ADICIONAIS:

4.1. Declaro que nos preços desta proposta, estão incluídos e diluídos todos os custos que envolvam a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos a mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e contribuições fiscais, comerciais e outros de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis a perfeita prestação do objeto da licitação, estão incluídos ainda as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos e/ou tributos federal, estadual e municipal, salários, encargos sociais e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, material de consumo, logística de transporte de produtos e empregados, e outros de qualquer natureza, carga, descarga, seguros, fardamento, materiais, empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e demais despesas inerentes à execução do contrato, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela contratante para execução completa do contrato.

5.1. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Nome: _____

Profissão: _____

CPF nº.: _____

RG nº.: _____

Cargo: _____

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no
(a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), **INDICA** o(s) responsável(eis)
técnico(s) abaixo relacionado(s), execução e acompanhamento do serviço/objeto do presente
Certame, a saber:

Nome Completo:

CPF.:

Registro CREA/UF:

Tipo de vínculo:

Nome Completo:

CPF.:

Registro CREA/UF:

Tipo de vínculo:

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do RESPONSÁVEL legal da empresa).

(nome, carimbo, assinatura do PROFISSIONAL TÉCNICO da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, _ de _____ de 20xx.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS
PREVISTO EM LEI**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº),
sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as
penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com
deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade
previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO V

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI
14.133/2021).**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº),
sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio
de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº
_____ e CPF nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68,
inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim() Não ()

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº),
sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio
de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº
_____ e CPF nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63,
§1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos
para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis
trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de
ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

Prezados Senhores, relativamente à Concorrência Eletrônica nº. 002/2026, pelo presente instrumento, atestamos que a empresa _____, CNPJ nº.: _____, sediada _____, representada pelo(a) seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF nº.: _____, RG SSP/____ nº.: _____, realizou a visita técnica facultativa, no dia ____/____/____, com a finalidade de conhecer e verificar as condições físico-operacionais em que se encontra objeto e permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria das quantidades formas, condições e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada realização do objeto do CONTRATO, estando ciente dos riscos e consequências envolvidos para a realização do OBJETO.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome e assinatura do servidor).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

Prezados Senhores, relativamente à Concorrência Eletrônica nº. 002/2026, pelo presente instrumento, declaramos que a licitante _____, CNPJ nº.: _____, por seu(s) representante(s) legal(is):

1. Decidiu não realizar a visita técnica facultativa com a finalidade de conhecer e verificar as condições físico-operacionais em que se encontra o objetivo, para a verificação das condições locais, para avaliação própria das quantidades, formas, condições e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada realização do objeto do CONTRATO; e
2. Declara possuir ciência da possibilidade de realizar a visita técnica e tomar conhecimento das CONDIÇÕES E PECULIARIDADES, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a PROPOSTA COMERCIAL sem realizar a visita técnica.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO IX



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx - *Processo Administrativo nº xxx*

Termo de Contrato que entre si fazem o
MUNICÍPIO DE JEREMOABO e a
Empresa **XXXXXXXXXXXXX**

O **MUNICÍPIO DE JEREMOABO**, Estado da Bahia, com sede na Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro, na cidade de Jeremoabo, Estado BA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.809.041/0001-71, e o Fundo Municipal Educação, inscrito no CNPJ n. xxx, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. João Batista Melo de Carvalho**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG n. xx, SSP/BA e do CPF n. xxx, domiciliado a xxx, Centro, Jeremobo/BA, dorvante designado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Concorrência Eletrônica nº 005/2026** e Processo Administrativo xxxx-2026, Tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE JEREMOABO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA FINAL, ENTREGA TÉCNICA ASSISTIDA, MANUAIS, CADASTRO “AS BUILT” E TODOS OS DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL(TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 098/2026)**, nas quantidades estimadas nos Anexos deste Contrato e Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. **Prazo de execução: xxxx dias**, conforme cronograma físico financeiro.

2.2. **Prazo de vigência da contratação é até xxx** contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto contratado será realizado por empreitada por preço unitário.
- 3.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria solicitante.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

- 4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 4.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo por prévia anuência expressa da Administração.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1. O valor global da contratação é de **R\$** (), sendo o valor unitário conforme proposta de preço.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 CRITÉRIOS GERAIS DE MEDIÇÃO

7.1.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente executados pela CONTRATADA e atestados pela Fiscalização.

7.1.2. As unidades de medida para fins de pagamento serão aquelas definidas na Planilha de Estimativa de Custos constante do item 1.4.2 do Termo de Referência.

7.1.3. Qualquer serviço executado em desacordo com as especificações ou que não tenha sido previamente aprovado no Plano de Trabalho não será medido para fins de pagamento, até que a inconformidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de glosas ou sanções.

7.2. RITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1. Até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente à prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor do Contrato a Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) **Relatório de Medição** detalhado, consolidando os quantitativos (Toneladas e Equipes);



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- b) Cópias de todos os documentos comprobatórios (Tickets de Pesagem, Relatórios de Atividade);
- c) Comprovante de regularidade fiscal (CND Federal, Estadual, Municipal);
- d) Comprovante de regularidade com o FGTS (CRF);
- e) Comprovante de regularidade trabalhista (CNDT).

7.2.2. A Fiscalização terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da documentação, para conferir, validar os quantitativos e atestar a execução dos serviços (Atesto de Execução).

7.2.3. Caso haja incorreções na medição ou pendências na execução, a Fiscalização notificará a CONTRATADA para correção. O prazo de atesto será suspenso e reiniciado após a regularização pela CONTRATADA.

7.2.4. Após o Atesto da Fiscalização e a chancela do Gestor do Contrato, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada para liquidação.

7.2.5. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até **30 (trinta) dias**, contados do atesto definitivo dos serviços pela Fiscalização.

7.2.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, sem que isso gere direito a reajuste ou compensação para a CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE: **03.12.12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ATIVIDADE: **10.302.005.3001 ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (INVESTIMENTO)**

ELEMENTO DESPESA: **4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalações**

FONTE: **1500 e 1632**

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1 Do Reajuste

9.1.1 O reajuste de preços será admitido após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação das propostas, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021. O índice a ser adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, por refletir de forma abrangente a variação inflacionária dos custos gerais que incidem sobre a execução do objeto. O reajuste destina-se exclusivamente à preservação da equação econômico-financeira original, assegurando que a proposta vencedora permaneça compatível com as condições de mercado e evitando o seu desequilíbrio em virtude da perda do poder aquisitivo da moeda.

9.2. Da Repactuação

9.2.1 Será admitida a repactuação contratual sempre que sobrevierem instrumentos normativos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

trabalhistas, a exemplo de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho, que impactem diretamente nos custos da mão de obra vinculada à execução do objeto. A repactuação ficará restrita aos postos de trabalho efetivamente previstos no contrato e limitada ao percentual de aumento estabelecido no instrumento coletivo aplicável.

9.2.3 O pleito deverá ser instruído com a juntada dos instrumentos normativos trabalhistas e com planilhas de composição de custos detalhadas, que demonstrem de forma analítica a repercussão sobre a planilha de preços contratual.

9.2.4 A Administração Municipal, ao apreciar o pedido, poderá exigir informações adicionais, documentos comprobatórios ou perícias técnicas, sempre com vistas à adequada instrução processual. Ressalte-se que a repactuação constitui mecanismo próprio de recomposição de custos diretos de pessoal, não se confundindo com o reajuste de preços nem com o reequilíbrio econômico-financeiro, estando vinculada ao disposto nos arts. 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

9.3.1 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro sempre que ocorrerem fatos supervenientes que comprometam a equação inicial da proposta aceita, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2 Enquadram-se nessa hipótese os fatos imprevisíveis, os previsíveis de consequências incalculáveis, bem como o caso fortuito, a força maior, o fato do príncipe ou o fato da Administração, desde que tais eventos produzam efeitos que onerem de forma excessiva a execução contratual ou a tornem inviável.

9.3.3 O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com documentação comprobatória do evento superveniente, acompanhada de análise técnico-financeira que demonstre objetivamente as repercussões sobre a execução do contrato, de forma a permitir a recomposição justa e proporcional da equação inicial, vedado o enriquecimento sem causa de qualquer das partes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

10.1 Compete ao **Município de Jeremoabo/BA**, na qualidade de contratante, adotar todas as providências necessárias para assegurar a regularidade da execução contratual e a adequada consecução do interesse público, cabendo-lhe, em especial:

10.1.1 Efetuar os pagamentos devidos à contratada, observados os prazos, condições e critérios estabelecidos no Termo de Referência, em conformidade com as medições devidamente validadas pela fiscalização;

10.1.2 Designar formalmente o gestor do contrato e os fiscais técnico e administrativo, responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.3 Fornecer, sempre que solicitado e mediante cumprimento regular das obrigações contratuais, atestados de capacidade técnica que reflitam fielmente a execução realizada pela contratada;

10.1.4 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, comunicando de imediato à contratada quaisquer falhas, irregularidades ou situações que demandem medidas corretivas;

10.1.5 Aplicar, quando cabível, as sanções previstas em lei e em contrato, observando o devido processo legal, com garantia ao contraditório e à ampla defesa;

10.1.6 Prestar tempestivamente as informações e os esclarecimentos necessários ao bom andamento da execução, evitando atrasos ou discontinuidades decorrentes de omissões da Administração;

10.1.7. Verificar a conformidade dos serviços com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas, para fins de recebimento provisório e definitivo, em conformidade com os arts. 141 e 142 da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

10.1.8. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer desconformidades detectadas na execução, exigindo sua correção imediata, às expensas da própria contratada;

10.1.9. Garantir a adequada supervisão da execução contratual, mediante ordens de serviço, acompanhamento técnico contínuo e emissão de termos de recusa, quando os serviços forem entregues em desacordo com as disposições contratuais;

10.1.10. Comunicar formalmente à contratada a autorização para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, nos casos em que houver divergências quanto à conformidade do objeto;

10.1.11. Adotar todas as providências administrativas indispensáveis à regularidade da execução, inclusive promovendo, quando necessário, ajustes formais para assegurar a efetividade e a continuidade dos serviços essenciais objeto da presente contratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

11.1 Compete à empresa contratada executar o objeto em sua integralidade, sob sua exclusiva responsabilidade, cumprindo todas as exigências legais e contratuais, incumbindo-lhe, em especial:

11.1.1 Executar o objeto contratado de forma integral, contínua e tempestiva, em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições contratuais e normas aplicáveis, responsabilizando-se pela qualidade, regularidade e segurança dos serviços prestados;

11.1.2 Assumir integralmente todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus decorrentes da execução contratual, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021, não cabendo ao **Município de Jeremoabo/BA** qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

11.1.3 Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas para fins de participação no certame, inclusive quanto às exigências técnicas, econômico-financeiras e de regularidade fiscal e trabalhista;

11.1.4 Responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados ao **Município de Jeremoabo/BA** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culposa ou dolosa, vinculada à execução do contrato, não excluída nem reduzida pela fiscalização exercida pelo ente público;

11.1.5 Atender às disposições legais e contratuais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, em conformidade com o art. 116 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas;

11.1.6 Arcar com eventuais prejuízos decorrentes de erros ou omissões na formulação de sua proposta, inclusive quanto ao dimensionamento de quantitativos, salvo hipóteses excepcionais previstas no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

11.1.7 Disponibilizar, em caráter permanente, os recursos humanos e materiais indispensáveis à execução do objeto, incluindo veículos, maquinário, insumos e equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs), garantindo condições adequadas de segurança, saúde e salubridade no ambiente de trabalho;

11.1.8 Apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, a documentação comprobatória da execução contratual, franquear o acesso a registros e documentos pertinentes e permitir a inspeção dos locais de trabalho pelos agentes designados pela Administração;

11.1.9 Cumprir, com presteza e rigor, todas as determinações emitidas pelo gestor ou pelos fiscais do contrato, em conformidade com o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, prestando todos os esclarecimentos técnicos ou administrativos que forem demandados;

11.1.10 Abster-se de ceder, transferir, alienar ou utilizar os direitos decorrentes do contrato como garantia perante terceiros, sem prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.11 Manter comunicação permanente com o gestor e os fiscais do contrato, informando, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

imediatamente, quaisquer intercorrências que possam comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços, bem como adotar medidas corretivas tempestivas;

11.1.12 Cumprir integralmente todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, incluindo normas ambientais, urbanísticas, trabalhistas e de segurança do trabalho, respondendo por eventual descumprimento perante os órgãos de fiscalização competentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):

12.1 Para assegurar a fiel execução do contrato, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, em conformidade com o art. 96, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1 A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por meio de uma das modalidades previstas em lei:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, estes últimos emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- b) seguro-garantia, com apólice aprovada pela Administração, devendo contemplar cláusula de renovação obrigatória durante toda a vigência contratual;
- c) fiança bancária, emitida por instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

12.1.2 O valor da garantia poderá ser elevado até o limite de 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, quando se tratar de contrato de grande vulto ou de serviços de alta complexidade técnica e riscos relevantes, mediante decisão fundamentada da Administração, nos termos do art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3 A garantia prestada terá vigência por todo o prazo contratual, inclusive em eventuais prorrogações, devendo ser renovada pela contratada sempre que se fizer necessário, de modo a não haver descontinuidade de sua validade.

12.1.4. A Administração poderá reter, total ou parcialmente, a garantia contratual para cobertura de prejuízos causados pelo inadimplemento das obrigações assumidas pela contratada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas em lei e no contrato.

12.1.5 A liberação da garantia ocorrerá após a execução integral do objeto, mediante o recebimento definitivo do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, desde que não subsistam pendências ou responsabilidades da contratada perante a Administração.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

13.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações contratuais sujeitará a contratada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada a prévia instauração de processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa.

13.2. As penalidades aplicáveis compreenderão, de forma não excludente:

- a) advertência, quando se tratar de faltas de menor relevância, que não causem prejuízos significativos à execução contratual;
- b) multa, calculada conforme os limites e critérios definidos no Termo de Referência;
- c) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Jeremoabo/BA**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses de infrações graves;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações gravíssimas que comprometam a confiança da Administração.

13.3. As multas contratuais serão graduadas conforme a gravidade da infração e a extensão do prejuízo, observando-se os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso no cumprimento das obrigações, até o 30º (trigésimo) dia;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia;
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de inexecução total ou parcial, sem prejuízo da rescisão unilateral e da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

13.4. O não recolhimento do valor da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, implicará a retenção da quantia de pagamentos devidos à contratada, utilização da garantia contratual ou cobrança judicial, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

13.5. As multas previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma cumulativa e não possuem caráter compensatório, sendo devidas independentemente da responsabilidade da contratada por perdas e danos.

13.6. Constatada a ocorrência de infração grave que comprometa a regular execução do objeto, a Administração poderá, com fundamento no art. 137, II, e no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, promover a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- c) o contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III):

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas código civil e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES:

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, quando aplicável, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jeremoabo/Ba (Jurisdição de Jeremoabo), para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Jeremoabo-BA, xx de xxx de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO – BA
PREFEITO MUNICIPAL XXXXXXXXX CONTRATANTE

EMPRESA CNPJ: CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO XI - PROJETO BÁSICO - TERMO DE REFERÊNCIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 005/2026

Órgão	Prefeitura Municipal de Jeremoabo/BA
Unidade Demandante	Secretaria Municipal de Saúde
Empreendimento	Hospital Geral de Jeremoabo
Objeto	Contratação de empresa especializada para execução da reforma e ampliação do Hospital Geral de Jeremoabo, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, testes, comissionamento, elaboração de documentação técnica final, entrega técnica assistida, manuais, cadastro “as built” e todos os demais insumos necessários à perfeita execução do empreendimento.
Natureza	Obra de engenharia hospitalar
Modalidade	Concorrência eletrônica
Critério de julgamento	Menor preço global
Modo de disputa	Aberto
Regime de execução	Empreitada por preço unitário
Forma de contratação	Lote único
Inversão de fases	Sim
Garantia da proposta	1% do valor estimado da contratação
Garantia contratual	5% do valor inicial do contrato
Valor estimado	R\$ 19.328.051,46
Prazo de execução	Conforme cronograma físico-financeiro atualizado e minuta contratual, observado o prazo global fixado no edital/contrato
Local de execução	Hospital Geral de Jeremoabo/BA

1. DO OBJETO

1.1. Descrição do objeto

1.1.1. Constitui objeto da presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE JEREMOABO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA FINAL, ENTREGA TÉCNICA ASSISTIDA, MANUAIS, CADASTRO “AS BUILT” E TODOS OS DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS(TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 098/2026)..

1.1.2. A contratação abrangerá de forma integrada, conforme projetos, memoriais, planilhas e demais anexos:

1.1.2.1. serviços preliminares, mobilização, desmobilização, implantação, operação e manutenção do canteiro de obras;

1.1.2.2. demolições, remoções, desmontagens, regularizações, recomposições, carga, transporte e destinação de resíduos;

1.1.2.3. infraestrutura, superestrutura, fundações, sapatas, vigas, pilares, lajes, fechamentos, alvenarias, coberturas e elementos correlatos;

1.1.2.4. revestimentos internos e externos, pisos, forros, esquadrias, portas comuns, portas especiais, janelas, louças, metais, bancadas e acabamentos em geral;

1.1.2.5. instalações elétricas prediais e especiais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 1.1.2.6. implantação de subestação, grupo gerador, chave de transferência, infraestrutura de alimentação crítica e respectivos testes de funcionamento;
 - 1.1.2.7. instalações hidrossanitárias, água fria, água quente, esgotamento sanitário, drenagem, reservatórios e sistemas correlatos;
 - 1.1.2.8. sistema de climatização, exaustão, pressurização, renovação de ar, sistemas VRF e equipamentos correlatos;
 - 1.1.2.9. instalações de GLP, gases medicinais;
 - 1.1.2.10. sistema de prevenção e combate a incêndio;
 - 1.1.2.11. cabeamento estruturado, lógica, CFTV, comunicação e infraestrutura correlata;
 - 1.1.2.12. testes, partidas, regulagens, ajustes, comissionamento individual e integrado, treinamentos operacionais, entrega de manuais, relatórios, certificados, laudos e cadastro “as built”.
- 1.2. Resultado final esperado
- 1.2.1. O resultado final esperado não se limita à conclusão física da obra, devendo compreender a entrega de **estrutura hospitalar funcional, testada, comissionada, documentada e apta ao uso público**, observadas as exigências técnicas, sanitárias, operacionais e contratuais aplicáveis.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO

2.1. Fundamentação da necessidade

- 2.1.1. A contratação decorre da necessidade administrativa de requalificar, ampliar e modernizar a infraestrutura física, funcional e operacional do Hospital Geral de Jeremoabo/BA, unidade pública essencial à continuidade e à qualificação da política municipal de saúde.
- 2.1.2. A intervenção pretendida visa superar limitações da edificação existente, ampliar a capacidade assistencial, adequar fluxos internos, modernizar sistemas prediais críticos e reduzir riscos operacionais relacionados à energia, climatização, gases medicinais, segurança contra incêndio, acessibilidade, instalações hidrossanitárias e demais sistemas inerentes a ambiente hospitalar.
- 2.1.3. O objeto possui natureza de **obra hospitalar especial**, não se confundindo com manutenção predial simples ou reforma de baixa interferência.

3. DA SOLUÇÃO ADOTADA E DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA

3.1. Solução eleita

- 3.1.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para executar, sob responsabilidade técnica integral e coordenação centralizada, a reforma e ampliação do Hospital Geral de Jeremoabo, abrangendo as frentes civis, instalações e sistemas especiais necessários ao resultado final pretendido.

3.2. Justificativa para contratação integrada em lote único

- 3.2.1. O objeto será contratado em **lote único**, em razão:
 - 3.2.1.1. da forte interdependência técnica entre obra civil, instalações prediais e sistemas hospitalares especiais;
 - 3.2.1.2. da necessidade de coordenação executiva centralizada em ambiente hospitalar ativo;
 - 3.2.1.3. do risco de conflitos de interface, atrasos, sobreposição de responsabilidades e fragmentação da governança caso a execução seja pulverizada em múltiplos contratos autônomos;
 - 3.2.1.4. da necessidade de comissionamento integrado e entrega funcional do empreendimento como unidade indivisível de resultado.
- 3.2.2. A preservação da competitividade será assegurada por meio de modelagem proporcional da habilitação e possibilidade de **subcontratação parcial controlada** de parcelas especializadas, nos limites deste instrumento e do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

3.3. Justificativa do regime de execução

3.3.1. O regime de execução será o de **empreitada por preço unitário**, por ser o mais compatível com:

3.3.1.1. a natureza de reforma e ampliação em edificação existente;

3.3.1.2. a possibilidade de variações quantitativas justificadas por condições efetivamente constatadas em campo;

3.3.1.3. a necessidade de aferição precisa dos serviços efetivamente executados;

3.3.1.4. o faseamento da obra e a interação permanente com unidade hospitalar em funcionamento;

3.3.1.5. a redução de riscos de medições dissociadas da realidade executiva.

4. DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MODO DE DISPUTA E INVERSÃO DE FASES

4.1. Modalidade e critério de julgamento

4.1.1. A licitação será realizada na modalidade **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento de **menor preço global**, observadas as exigências de habilitação, exequibilidade, compatibilidade de planilhas e aderência aos anexos técnicos.

4.2. Modo de disputa

4.2.1. O modo de disputa será **aberto**, nos termos definidos no edital.

4.3. Inversão de fases

4.3.1. A licitação adotará **inversão de fases**, com a análise da habilitação antecedendo a etapa competitiva de lances.

4.3.2. A inversão de fases justifica-se pela elevada complexidade técnica do objeto, pela necessidade de verificar previamente a qualificação efetiva das licitantes para execução de obra hospitalar complexa, pela presença de sistemas críticos e pela conveniência de evitar a participação na fase competitiva de empresas que não demonstrem aptidão mínima para contratação.

4.3.3. A medida busca conferir maior eficiência, segurança administrativa e racionalidade ao procedimento, reduzindo o risco de mobilização da fase de disputa em torno de propostas apresentadas por licitantes sem capacidade técnico-operacional, profissional ou econômico-financeira compatível.

5. DO VALOR ESTIMADO, ORÇAMENTO-BASE E REFERÊNCIAS DE PREÇO

5.1. Valor estimado da contratação

5.1.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 19.328.051,46**.

5.2. Base de formação do orçamento

5.2.1. O orçamento-base foi estruturado com referência:

5.2.1.1. ao SINAPI 12/2025;

5.2.1.2. ao ORSE 12/2025;

5.2.1.3. à condição **sem desoneração**;

5.2.1.4. ao BDI de **24,00%** para construção de edifícios;

5.2.1.5. ao BDI diferenciado de **18,96%** para itens de mero fornecimento;

5.2.1.6. às composições analíticas, memória de cálculo, planilha orçamentária e curva ABC anexas.

5.3. Abrangência dos custos

5.3.1. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive:

5.3.1.1. mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

5.3.1.2. materiais, equipamentos, ferramentas e insumos;

5.3.1.3. mobilização, desmobilização, transporte, carga, descarga e logística;

5.3.1.4. canteiro, administração local, proteção, limpeza e destinação de resíduos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 5.3.1.5. medidas de segregação de áreas e controle de interferências decorrentes da execução em hospital em funcionamento;
- 5.3.1.6. testes, ensaios, partidas, comissionamento, treinamento, documentação técnica final e cadastro “as built”;
- 5.3.1.7. tributos, seguros, garantias, despesas financeiras e demais custos necessários.

6. CONDIÇÃO OPERACIONAL DA EXECUÇÃO E HOSPITAL EM FUNCIONAMENTO

6.1 A obra será executada com o Hospital Geral de Jeremoabo em funcionamento, ao menos de forma parcial e faseada, durante a vigência da execução contratual.

6.2 A contratada executará a obra de modo compatível com a continuidade assistencial, observando a preservação da segurança sanitária, da segurança operacional, dos fluxos internos da unidade e da integridade de pacientes, acompanhantes, profissionais, equipamentos e sistemas em funcionamento.

6.3 Nenhuma frente de obra com potencial de interferência relevante sobre setores assistenciais, utilidades críticas, acessos, circulação ou rotinas hospitalares será iniciada sem prévia anuência da fiscalização, observadas as diretrizes do plano de faseamento e da governança da execução.

6.4 A execução em hospital ativo constitui condição essencial do objeto e deverá ser observada em todos os aspectos da contratação, especialmente na habilitação, no planejamento executivo, na medição, no pagamento, no comissionamento, na fiscalização, na matriz de risco e no recebimento.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA CONTRATUAL E ORDEM DE SERVIÇO

7.1. Prazo de execução

7.1.1. O prazo de execução será de **18 (dezoito) meses** conforme cronograma físico financeiro.

7.1.2. O cronograma físico-financeiro integrará o contrato e servirá de referência para planejamento, execução, medição e monitoramento do avanço físico da obra.

7.2. Vigência contratual

7.2.1. A vigência contratual será definida na minuta do contrato, devendo contemplar prazo suficiente para:

7.2.1.1. execução da obra;

7.2.1.2. recebimento provisório;

7.2.1.3. correção de pendências;

7.2.1.4. realização de testes, comissionamento e recebimento definitivo;

7.2.1.5. providências administrativas de encerramento.

7.3. Ordem de serviço e condições precedentes

7.3.1. A ordem de serviço somente será emitida após:

7.3.1.1. assinatura do contrato;

7.3.1.2. apresentação e aceitação da garantia contratual, quando exigida;

7.3.1.3. designação do gestor e fiscais do contrato;

7.3.1.4. definição das condições iniciais de acesso, mobilização e liberação de áreas;

7.3.1.5. confirmação da disponibilidade dos documentos técnicos indispensáveis ao início da execução.

7.3.2. A autorização para início de frentes críticas dependerá, ainda, da aprovação dos documentos executivos exigidos no item 8.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

8. DO PLANEJAMENTO EXECUTIVO, FASEAMENTO E CONTROLE DE INTERFERÊNCIAS

8.1. Planos obrigatórios da contratada

8.1.1. No prazo a ser definido no edital ou na ordem de serviço, a contratada deverá apresentar, para aprovação da fiscalização:

8.1.1.1. plano de ataque da obra;

8.1.1.2. cronograma executivo detalhado;

8.1.1.3. plano de faseamento assistencial e executivo;

8.1.1.4. plano de mobilização e logística;

8.1.1.5. plano de segregação física e proteção de áreas assistenciais;

8.1.1.6. plano de gerenciamento de resíduos da construção e de controle de poeira, ruído, vibração e odores;

8.1.1.7. protocolo de intervenções em sistemas críticos;

8.1.1.8. plano de comunicação operacional com fiscalização e direção hospitalar.

8.2. Conteúdo mínimo do plano de faseamento

8.2.1. O plano de faseamento deverá conter, no mínimo:

8.2.1.1. identificação das frentes de obra por etapa;

8.2.1.2. delimitação das áreas impactadas;

8.2.1.3. definição das rotas de circulação de trabalhadores, pacientes, acompanhantes, insumos e equipamentos;

8.2.1.4. identificação de acessos, barreiras, tapumes, zonas limpas e zonas de obra;

8.2.1.5. impactos assistenciais e logísticos previsíveis;

8.2.1.6. medidas de mitigação;

8.2.1.7. programação de desligamentos, remanejamentos e intervenções críticas;

8.2.1.8. sequência física da execução;

8.2.1.9. cronograma de liberação de áreas;

8.2.1.10. protocolos de comunicação, autorização e registro de ocorrências.

8.3. Hospital em funcionamento

8.3.1. **A obra será executada com o Hospital Geral de Jeremoabo em funcionamento**, ao menos de forma parcial e faseada.

8.3.2. A contratada deverá compatibilizar a execução com a continuidade assistencial, preservando:

8.3.2.1. segurança sanitária;

8.3.2.2. segurança operacional;

8.3.2.3. acessibilidade;

8.3.2.4. rotas de fuga;

8.3.2.5. circulação de pacientes, profissionais, acompanhantes, insumos e equipamentos;

8.3.2.6. funcionamento de utilidades críticas.

8.3.3. Nenhuma frente de obra com potencial de interferência relevante sobre setores assistenciais, sistemas críticos, fluxos internos, rotinas hospitalares ou segurança da unidade poderá ser iniciada sem anuência prévia da fiscalização e observância do plano aprovado.

8.4. Intervenções em sistemas críticos

8.4.1. Desligamentos, remanejamentos, interligações, substituições, testes ou intervenções em energia, gases medicinais, climatização, água, esgoto, incêndio, lógica, CFTV, grupo gerador ou subestação dependerão de:

8.4.1.1. solicitação formal da contratada;

8.4.1.2. justificativa técnica;

8.4.1.3. planejamento da janela de intervenção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 8.4.1.4. aprovação da fiscalização;
- 8.4.1.5. anuência da gestão hospitalar quando houver impacto assistencial;
- 8.4.1.6. plano de contingência;
- 8.4.1.7. testes de retorno e liberação formal para uso.

9. DAS LICENÇAS, APROVAÇÕES E AUTORIZAÇÕES

9.1. Diretriz geral

- 9.1.1. A execução da obra observará todas as licenças, aprovações e autorizações exigíveis, inclusive, quando cabíveis:
 - 9.1.1.1. aprovações perante órgãos municipais;
 - 9.1.1.2. autorizações da concessionária de energia;
 - 9.1.1.3. exigências do Corpo de Bombeiros;
 - 9.1.1.4. exigências da vigilância sanitária;
 - 9.1.1.5. autorizações ambientais ou manifestações de dispensa, quando aplicáveis;
 - 9.1.1.6. demais aprovações técnicas exigidas para sistemas específicos.

9.2. Responsabilidades

- 9.2.1. As responsabilidades pela obtenção, acompanhamento e atendimento às exigências das licenças e autorizações serão distribuídas conforme o mapa de licenças, a matriz de riscos, o contrato e a legislação aplicável.
- 9.2.2. A contratada deverá fornecer todos os documentos técnicos de sua responsabilidade que sejam necessários ao cumprimento dessas exigências.
- 9.2.3. A Administração acompanhará as providências que lhe forem atribuídas, especialmente quando relacionadas à titularidade do empreendimento, aprovações institucionais, autorizações administrativas e interlocução com órgãos públicos ou concessionárias.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital, neste Termo de Referência / Projeto Básico e no contrato:
 - 10.1.1. executar o objeto com estrita observância aos projetos, memoriais, planilhas, especificações técnicas, normas aplicáveis e determinações formais da fiscalização;
 - 10.1.2. mobilizar equipe, materiais, equipamentos, ferramentas e meios de produção suficientes e adequados à execução integral do objeto;
 - 10.1.3. manter responsável técnico principal e equipe técnica compatível durante toda a execução;
 - 10.1.4. cumprir o cronograma físico-financeiro, o plano de ataque, o plano de faseamento e os demais documentos executivos aprovados;
 - 10.1.5. manter diário de obra, relatórios periódicos, registros fotográficos, controle de não conformidades e histórico de liberações, interferências e remanejamentos;
 - 10.1.6. preservar pessoas, pacientes, acompanhantes, profissionais, equipamentos, mobiliário, instalações e sistemas existentes;
 - 10.1.7. implantar e manter barreiras, tapumes, sinalização, isolamento, limpeza e demais medidas de segurança física e sanitária;
 - 10.1.8. adotar medidas permanentes de controle de poeira, ruído, vibração, resíduos, odores, circulação de trabalhadores e transporte de materiais;
 - 10.1.9. não realizar qualquer intervenção em sistema crítico sem autorização formal;
 - 10.1.10. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços e materiais executados em desconformidade;
 - 10.1.11. realizar todos os testes, partidas, regulagens, ensaios, verificações e procedimentos de comissionamento necessários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 10.1.12. entregar manuais, relatórios, laudos, certificados, treinamentos e documentação “as built”;
- 10.1.13. manter regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais condições de habilitação durante a execução, nos limites da legislação;
- 10.1.14. responsabilizar-se por seus empregados, prepostos, subcontratados e fornecedores;
- 10.1.15. observar integralmente as normas de segurança do trabalho, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio, vigilância sanitária e demais normas técnicas aplicáveis.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Constituem obrigações da contratante:
 - 11.1.1. disponibilizar as peças técnicas e administrativas que instruem a contratação;
 - 11.1.2. designar gestor e fiscais do contrato, com estrutura compatível com a complexidade do objeto;
 - 11.1.3. deliberar, por meio da fiscalização e da gestão contratual, sobre planos executivos, faseamento, cronogramas, intervenções críticas e medições;
 - 11.1.4. liberar, quando couber, as áreas necessárias à execução, conforme faseamento e condições operacionais aprovadas;
 - 11.1.5. acompanhar, medir, fiscalizar, glosar, receber e pagar os serviços na forma contratual;
 - 11.1.6. adotar as providências administrativas cuja responsabilidade lhe tenha sido atribuída;
 - 11.1.7. formalizar determinações relevantes de execução, faseamento, medição, reprogramação e interface operacional;
 - 11.1.8. atuar junto à gestão hospitalar para viabilizar a compatibilização entre execução da obra e continuidade assistencial.

12. DA VISITA TÉCNICA

- 12.1. A visita técnica será facultativa, nos termos do edital.
- 12.2. A não realização da visita técnica não poderá ser invocada posteriormente como fundamento para desconhecimento das condições locais, desde que assegurada à licitante a possibilidade de vistoria ou apresentação de declaração substitutiva na forma do edital.
- 12.3. Considerando a natureza de reforma em edificação hospitalar em funcionamento, recomenda-se que as licitantes avaliem previamente as condições de acesso, fluxos, áreas disponíveis para canteiro, interferências aparentes e restrições operacionais.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Será admitida subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pela Administração e restrita a parcelas acessórias ou tecnicamente especializadas do objeto.
- 13.2. Fica vedada a subcontratação:
 - 13.2.1. da coordenação geral da obra;
 - 13.2.2. da responsabilidade técnica principal;
 - 13.2.3. da parcela principal da execução civil;
 - 13.2.4. de atividades cuja transferência comprometa o comando central da execução, a gestão de interfaces ou a segurança da obra em hospital ativo.
- 13.3. Poderão ser submetidas à autorização de subcontratação, quando tecnicamente justificadas, parcelas especializadas tais como:
 - 13.3.1. climatização e exaustão;
 - 13.3.2. gases medicinais;
 - 13.3.3. automação;
 - 13.3.4. lógica, CFTV e infraestrutura de comunicação;
 - 13.3.5. comissionamento especializado;
 - 13.3.6. demais serviços específicos, desde que não descaracterizem a responsabilidade integral da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

13.4. A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração por toda a execução do objeto, inclusive pelas parcelas subcontratadas.

14. DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Garantia da proposta

14.1.1. Será exigida garantia de proposta no percentual de **1% do valor estimado da contratação**, na forma e condições previstas no edital.

14.2. Garantia contratual

14.2.1. Será exigida garantia contratual correspondente a **5% do valor inicial do contrato**, observadas as modalidades admitidas em lei e as condições da minuta contratual.

14.2.2. A garantia contratual deverá ser apresentada antes da emissão da ordem de serviço ou no prazo definido no contrato, como condição para o regular início da execução.

14.2.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo de outras responsabilidades legalmente impostas à contratada.

15. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.1. Cédula de Identidade dos representantes legais da empresa;

15.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

15.1.3. Procuração por instrumento público em original ou cópia autenticada, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por Diretor (es).

15.1.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.1.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

15.1.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.1.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**cnpj**);

15.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

15.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.2.6 Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.7 Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.3.3 Prova de capital social mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

15.3.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

15.3.4.1 A licitante deverá comprovar ILG igual ou superior a 1,20; ILC igual ou superior a 1,20; ISG igual ou superior a 1,20; e IEP igual ou inferior a 0,50;

15.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

15.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.3.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 A licitante comprovará qualificação técnica operacional e profissional compatível com a natureza, o porte, a complexidade e as condições de execução do objeto.

16.2 A comprovação da capacidade técnica será estruturada em dois eixos autônomos e complementares, ambos de atendimento obrigatório: I. eixo de relevância financeira; II. eixo de relevância técnica.

16.3 A análise da documentação observará o critério da similaridade por execução, não se exigindo identidade literal de nomenclatura entre os serviços constantes dos atestados e aqueles previstos no orçamento ou no edital, desde que o conteúdo técnico permita reconhecer equivalência material, compatibilidade executiva e aderência à complexidade do objeto.

16.4 Será admitida a soma de atestados para comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que os documentos sejam idôneos, coerentes entre si e suficientes para demonstrar a efetiva aptidão da licitante para a execução das parcelas exigidas.

16.5. Eixo I — relevância financeira

16.5.1 Para fins de habilitação técnico-operacional vinculada ao eixo de relevância financeira, a licitante comprovará experiência anterior na execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos dos itens de maior impacto econômico selecionados pela Administração com base na curva ABC do orçamento-base.

16.5.2 Integram o eixo de relevância financeira, nos quantitativos mínimos indicados no Anexo I – Quadro de Parcelas do Eixo de Relevância Financeira, os serviços e sistemas de maior impacto econômico do orçamento-base, selecionados por sua relevância financeira e aptidão à comprovação por atestado.

16.5.3 Para itens singulares, sistemas unitários ou equipamentos tecnicamente indivisíveis, a exigência de 50% será atendida mediante comprovação de execução de ao menos 1 unidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

conjunto, sistema ou solução equivalente, desde que compatível, em natureza e porte, com o item exigido.

16.6 Eixo II — relevância técnica para obras de mesmo porte e complexidade

16.6.1 Independentemente do atendimento ao eixo de relevância financeira, a licitante comprovará aptidão técnico-operacional e técnico-profissional para as parcelas de maior relevância técnica do objeto, consideradas essenciais à boa execução de obra hospitalar complexa em unidade em funcionamento.

16.6.2 Integram o eixo de relevância técnica as parcelas descritas no Anexo II – Quadro de Parcelas do Eixo de Relevância Técnica.

16.7 Equipe técnica mínima

16.7.1 A licitante indicará, para fins de habilitação, equipe técnica mínima composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- I. 01 Engenheiro Civil, responsável técnico principal pela obra;
- II. 01 Engenheiro Eletricista, para instalações elétricas, subestação, gerador, quadros, proteção, SPDA e correlatos;
- III. 01 Engenheiro Mecânico, ou profissional legalmente habilitado com atribuição equivalente, para climatização e exaustão;
- IV. 01 Engenheiro Mecânico, ou profissional legalmente habilitado com atribuição equivalente, para gases medicinais;
- V. 01 profissional legalmente habilitado para Segurança do Trabalho.

16.7.2 A comprovação da disponibilidade da equipe técnica será realizada mediante apresentação de:

- a) prova de registro ou inscrição dos profissionais nos respectivos conselhos;
- b) prova de vínculo com a licitante, por meio juridicamente idôneo;
- c) atestados de responsabilidade técnica e respectivos acervos, que comprovem a qualificação técnico-profissional.

16.7.3 Não será admitida a indicação de profissional sem atribuição compatível com a disciplina correspondente.

16.8. Documentos de comprovação da habilitação técnica

16.8.1 A licitante apresentará, no mínimo:

- I. prova de registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente, quando aplicável;
- II. prova de registro ou inscrição dos profissionais integrantes da equipe técnica mínima nos respectivos conselhos;
- III. relação nominal da equipe técnica mínima, com indicação das respectivas funções;
- IV. documentos comprobatórios do vínculo entre a licitante e os profissionais indicados;
- V. atestados de capacidade técnica operacional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, acompanhados do respectivo comprovante de registro no conselho regional competente, quando cabível;
- VI. atestados de responsabilidade técnica e respectivos acervos, em nome dos profissionais exigidos para a qualificação técnico-profissional;
- VII. declaração de que a licitante conhece as condições locais de execução e tem ciência de que a obra será realizada em unidade hospitalar em funcionamento;
- VIII. declaração de que dispõe ou disporá, durante a execução contratual, dos meios técnicos, operacionais e humanos necessários ao cumprimento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

16.9 Regras de aceitação dos atestados

16.9.1 Serão aceitos atestados que revelem equivalência material com os itens e parcelas exigidos, ainda que adotem nomenclatura distinta da constante do orçamento ou do edital, desde que o conteúdo técnico permita reconhecer a compatibilidade do serviço executado com o objeto licitado.

16.9.2 Não serão aceitos:

- I. atestados genéricos ou sem descrição técnica minimamente suficiente;
- II. documentos que demonstrem apenas fornecimento isolado de materiais ou equipamentos, sem instalação ou execução;
- III. atestados incapazes de demonstrar compatibilidade com o porte e a complexidade da contratação;
- IV. documentos sem identificação do emitente, do executante, do objeto executado ou do período de execução;
- V. documentos que tratem exclusivamente de manutenção rotineira, assistência técnica simples ou serviços sem equivalência executiva com o objeto licitado.

17. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE

17.1 A proposta será exequível, coerente com o orçamento-base, compatível com os custos do empreendimento e suficiente para suportar a execução integral do objeto.

17.2 O desconto aplicado sobre o valor de referência apurado a partir do último lance da melhor proposta será refletido linearmente na proposta final realinhada, salvo se o edital estabelecer, de modo expresse, outra metodologia objetiva de distribuição do desconto compatível com a planilha orçamentária e com a preservação da exequibilidade.

17.3 A análise de exequibilidade observará:

- I. o valor global da proposta;
- II. a coerência dos preços unitários;
- III. a compatibilidade entre planilha, BDI, encargos e custos indiretos;
- IV. a consistência dos preços relativos a itens sensíveis do objeto.

17.4 Serão examinados com rigor reforçado, entre outros, subestação e alimentação elétrica principal, grupo gerador e chave de transferência, climatização, gases medicinais, PPCI, instalações elétricas de maior porte e itens vinculados a áreas críticas e à operação hospitalar.

17.5 A licitante cuja proposta apresentar indícios de inexecuibilidade demonstrará, se instada, a viabilidade técnico-econômica da proposta por meio de documentos idôneos, memórias de composição, justificativas objetivas e elementos concretos de sustentação.

17.6 Não será aceita justificativa baseada em afirmações genéricas, expectativa de ganho futuro, economia indeterminada de escala ou simples declaração unilateral sem lastro documental.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Será admitida subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pela Administração e restrita a parcelas acessórias ou tecnicamente especializadas do objeto.

18.2 Fica vedada a subcontratação: I. da coordenação geral da obra; II. da responsabilidade técnica principal; III. da parcela principal da execução civil; IV. de serviços cuja transferência comprometa o comando central da execução em hospital ativo.

18.3 Poderão ser objeto de subcontratação, mediante autorização expressa, climatização, gases medicinais, automação, lógica, CFTV e comissionamento especializado.

18.4 A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração por toda a execução, inclusive pelas parcelas subcontratadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

19. DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO, GLOSAS E NÃO MEDIÇÃO

19.1. Medição

19.1.1. A medição será realizada por quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em periodicidade definida no contrato, observado o regime de empreitada por preço unitário.

19.1.2. Somente serão medidos serviços:

19.1.2.1. efetivamente executados;

19.1.2.2. compatíveis com projetos, memoriais, especificações e faseamento aprovado;

19.1.2.3. comprovados por documentação de suporte, registros de campo, relatórios, fotos e demais evidências exigidas pela fiscalização;

19.1.2.4. funcionalmente concluídos, quando a natureza do item exigir validação operacional.

19.2. Itens não medíveis

19.2.1. Não serão medidos:

19.2.1.1. materiais não incorporados ou não validados;

19.2.1.2. serviços rejeitados ou executados em desconformidade;

19.2.1.3. retrabalhos imputáveis à contratada;

19.2.1.4. etapas funcionalmente incompletas quando se tratar de sistema especial que dependa de testes, partida ou comissionamento;

19.2.1.5. serviços executados sem autorização quando esta for expressamente exigida.

19.3. Sistemas especiais

19.3.1. Nos sistemas especiais, a medição e o pagamento poderão ser vinculados a marcos objetivos, tais como:

19.3.1.1. fornecimento efetivamente conferido e incorporado;

19.3.1.2. instalação concluída;

19.3.1.3. testes individuais realizados;

19.3.1.4. testes integrados e partida;

19.3.1.5. comissionamento aprovado;

19.3.1.6. entrega de laudos, certificados, manuais e documentação final.

19.4. Condições para pagamento

19.4.1. Constituem condições mínimas para pagamento:

19.4.1.1. aprovação formal da medição;

19.4.1.2. execução efetiva e regular dos serviços;

19.4.1.3. observância do faseamento e das rotinas operacionais do hospital;

19.4.1.4. apresentação da documentação de suporte exigida;

19.4.1.5. manutenção das condições de regularidade exigíveis na fase de pagamento, nos limites da legislação aplicável.

19.5. Glosas e retenções

19.5.1. A Administração poderá glosar, reter ou recusar valores quando houver inconformidade técnica, falha documental, descumprimento de obrigações operacionais relevantes, inexecução parcial da etapa medida ou ausência de desempenho funcional em sistemas especiais.

20. DOS TESTES, COMISSIONAMENTO, ENTREGA TÉCNICA E RECEBIMENTO

20.1. Testes e comissionamento

20.1.1. A contratada executará todos os testes, ensaios, partidas, regulagens, ajustes e procedimentos de comissionamento necessários à plena funcionalidade dos sistemas implantados ou adequados.

20.1.2. Essa obrigação se aplica, de forma especial, a:

20.1.2.1. subestação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 20.1.2.2. grupo gerador;
- 20.1.2.3. chave de transferência;
- 20.1.2.4. climatização e exaustão;
- 20.1.2.5. gases medicinais;
- 20.1.2.6. prevenção e combate a incêndio;
- 20.1.2.7. demais sistemas especiais previstos no projeto.

20.2. Recebimento provisório

- 20.2.1. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão física do objeto e a apresentação, pela contratada, da documentação mínima exigida, mediante vistoria e emissão de termo próprio pela fiscalização.
- 20.2.2. O recebimento provisório não implicará quitação plena, não afastará a responsabilidade da contratada e não dispensará a correção de pendências, defeitos ou inconformidades.

20.3. Recebimento definitivo

- 20.3.1. O recebimento definitivo dependerá, cumulativamente:
 - 20.3.1.1. do saneamento das pendências identificadas;
 - 20.3.1.2. da realização satisfatória dos testes e comissionamentos;
 - 20.3.1.3. da entrega integral da documentação “as built”;
 - 20.3.1.4. da entrega de manuais, certificados, laudos e relatórios;
 - 20.3.1.5. da realização de treinamento operacional, quando previsto;
 - 20.3.1.6. da validação funcional dos sistemas especiais;
 - 20.3.1.7. do atendimento integral das exigências contratuais.

21. DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO CONTRATUAL E GOVERNANÇA DA EXECUÇÃO

21.1. Estrutura de fiscalização

- 21.1.1. A execução contratual será acompanhada por gestor e fiscais designados pela Administração, com estrutura compatível com a complexidade do objeto.
- 21.1.2. A fiscalização deverá observar atuação multidisciplinar, especialmente quanto a:
 - 21.1.2.1. execução civil;
 - 21.1.2.2. instalações elétricas e alimentação crítica;
 - 21.1.2.3. climatização e exaustão;
 - 21.1.2.4. gases medicinais;
 - 21.1.2.5. segurança do trabalho e controle operacional;
 - 21.1.2.6. comissionamento e recebimento funcional.

21.2. Rotinas de governança

- 21.2.1. A contratada participará de reuniões periódicas de obra, manterá diário de obra, relatórios executivos, registros de ocorrências, controle de não conformidades e histórico de liberações, interferências e remanejamentos.
- 21.2.2. Toda determinação da fiscalização que implique alteração relevante de frente, cronograma, procedimento executivo, área liberada ou interface operacional será formalizada.
- 21.2.3. A gestão hospitalar deverá ser consultada sempre que a decisão tiver potencial de impactar atendimento, circulação, uso de setores, segurança de pacientes ou continuidade assistencial.

22. DA MATRIZ DE RISCOS E DA ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

22.1. Diretriz geral

- 22.1.1. O contrato conterá matriz de riscos com alocação objetiva dos eventos entre contratante, contratada e, quando necessário, responsabilidades compartilhadas.

22.2. Riscos atribuíveis à contratada

- 22.2.1. Serão alocados à contratada, entre outros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 22.2.1.1. erro de execução;
- 22.2.1.2. falha de planejamento executivo;
- 22.2.1.3. insuficiência de equipe, materiais, equipamentos ou meios de produção;
- 22.2.1.4. descumprimento do faseamento aprovado;
- 22.2.1.5. falhas de segregação física, limpeza, proteção e controle operacional das frentes de obra;
- 22.2.1.6. danos decorrentes da condução inadequada da obra;
- 22.2.1.7. falha de testes, partida, comissionamento ou entrega funcional;
- 22.2.1.8. interrupção indevida de sistemas críticos por ação ou omissão da contratada;
- 22.2.1.9. proposta inexecutável ou subdimensionamento de custos imputável à própria contratada.
- 22.3. Riscos atribuíveis à contratante
 - 22.3.1. Serão alocados à contratante, entre outros:
 - 22.3.1.1. atraso injustificado na liberação de áreas cuja disponibilização seja de sua responsabilidade;
 - 22.3.1.2. atraso em autorizações institucionais ou providências administrativas expressamente atribuídas à Administração;
 - 22.3.1.3. alterações supervenientes determinadas unilateralmente pela Administração e não decorrentes de falha da contratada;
 - 22.3.1.4. indisponibilidade de informações ou documentos cuja entrega seja sua responsabilidade.
- 22.4. Riscos compartilhados ou sujeitos à apuração
 - 22.4.1. Serão tratados conforme matriz, contrato e apuração do caso concreto:
 - 22.4.1.1. interferências ocultas imprevisíveis em edificação existente;
 - 22.4.1.2. condições de campo não detectáveis em vistoria ordinária e sem indício nos documentos disponibilizados;
 - 22.4.1.3. eventos de força maior, caso fortuito ou fato da Administração;
 - 22.4.1.4. alterações assistenciais supervenientes que impactem objetivamente o faseamento;
 - 22.4.1.5. exigências supervenientes de órgãos competentes não decorrentes de falha de projeto ou execução imputável a uma das partes.

23. DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 23.1. Reajuste
 - 23.1.1. O reajuste observará o interregno mínimo legal e o índice definido no edital e no contrato.
- 23.2. Repactuação
 - 23.2.1. A repactuação somente será admitida quando juridicamente cabível e restrita às parcelas de custos que efetivamente comportem esse tratamento, mediante comprovação analítica.
- 23.3. Reequilíbrio econômico-financeiro
 - 23.3.1. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser reconhecido quando demonstrada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, desde que haja repercussão objetiva e comprovada sobre a equação inicial do contrato.
 - 23.3.2. O pedido deverá ser instruído com documentação técnica e econômico-financeira suficiente à análise.

24. DAS INFRAÇÕES OPERACIONAIS RELEVANTES E DAS SANÇÕES

- 24.1. Sem prejuízo das infrações e sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, serão consideradas ocorrências operacionais relevantes:
 - 24.1.1. realização de intervenção em sistema crítico sem autorização formal;
 - 24.1.2. descumprimento do plano de faseamento aprovado;
 - 24.1.3. obstrução indevida de acessos assistenciais, rotas de fuga ou fluxos operacionais;
 - 24.1.4. ausência de barreiras, isolamento, sinalização ou medidas de contenção exigidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

- 24.1.5. não apresentação de documentação de medição, testes, laudos, certificados ou “as built”;
- 24.1.6. execução de serviços em desconformidade com projetos, memoriais ou determinações formais da fiscalização;
- 24.1.7. descumprimento reiterado de cronograma sem justificativa aceita;
- 24.1.8. falha no controle de poeira, ruído, vibração, resíduos ou circulação de trabalhadores em área hospitalar.
- 24.2. A apuração observará o contraditório, a ampla defesa e o procedimento administrativo cabível.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Este Termo de Referência / Projeto Básico vincula a elaboração do edital, da minuta contratual e dos anexos técnicos da licitação.
- 25.2. As exigências aqui previstas não afastam outras obrigações legais, normativas ou técnicas inerentes à execução de obra hospitalar complexa, especialmente quando necessárias à segurança, funcionalidade, continuidade assistencial e adequada utilização do empreendimento.
- 25.3. A participação da licitante no certame e a futura celebração do contrato implicarão ciência de que o objeto envolve obra em ambiente hospitalar ativo, com faseamento, governança operacional reforçada, necessidade de compatibilização contínua e obrigação de entrega física, documental e funcional do empreendimento.
- 25.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133/2021, do edital, do contrato e dos princípios aplicáveis às contratações públicas.

Jeremoabo/BA, 12 de maio de 2026.

RISVALDO VARJÃO OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Jeremoabo/BA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXOS DO TR / PROJETO BÁSICO

ANEXO A – QUADRO DE PARCELAS DO EIXO DE RELEVÂNCIA FINANCEIRA

Integram o eixo de relevância financeira, nos quantitativos mínimos de comprovação, as seguintes parcelas:

1. Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal – 2.742,43 m²
2. Emboço ou massa única em panos de fachada – 5.967,27 m²
3. Telhamento com telha estrutural de fibrocimento – 1.741,35 m²
4. Piso em granilite, granitina, marmorite ou solução equivalente – 1.127,97 m²
5. Execução de pavimento em paralelepípedos – 1.500,00 m²
6. Revestimento cerâmico para paredes internas – 1.871,06 m²
7. Massa única em paredes internas – 2.788,70 m²
8. Concretagem de infraestrutura e supraestrutura – 228,22 m³
9. Montagem e desmontagem de forma de viga com escoramento metálico – 876,39 m²
10. Laje pré-moldada unidirecional para piso – 546,295 m²
11. Forro em placas de gesso – 1.625,23 m²
12. Pintura de acabamento com tinta acrílica – 3.142,61 m²
13. Montagem de viga metálica, inclusive içamento e soldagem – 4.812,60 kg
14. Calha em chapa de aço galvanizado – 452,91 m
15. Fabricação e instalação de pontaletes de madeira para telhado – 1.741,35 m²
16. Cerca/gradil tipo Nylofor ou equivalente – 50,00 m
17. Janela de PVC tipo maxim-ar ou equivalente – 61,89 m²
18. Piso vinílico em manta ou solução equivalente – 75,30 m²
19. Condensadoras VRF ou sistemas similares- BTU/h – 1.000.000 BTU/h
20. Evaporadoras cassete 2 ou 4 vias – 25 unidades
21. Montagem e instalação de grupo gerador – motor a diesel – 1 unidade
22. Subestação de pelo menos 150 kVA – 1 sistema ou conjunto equivalente
23. Fornecimento e instalação de central de cilindros ou usina de oxigênio – 1 unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXOS DO TR / PROJETO BÁSICO

ANEXO B – QUADRO DE PARCELAS DO EIXO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA

Integram o eixo de relevância técnica as seguintes parcelas:

1. Reforma e/ou ampliação de edificação assistencial coletiva de uso hospitalar ou de complexidade equivalente
2. Execução de obra em edificação existente
3. Execução de obra em unidade hospitalar em funcionamento
4. Execução de obra de porte compatível, considerando área, multiplicidade de disciplinas, interfaces técnicas e necessidade de coordenação entre obra civil e sistemas especiais
5. Alvenaria de vedação
6. Revestimentos argamassados internos e externos
7. Cobertura, telhamento, fechamentos superiores e sistemas correlatos
8. Forros de gesso, modulares, removíveis ou equivalentes
9. Concretagem estrutural de pilares, vigas, lajes, sapatas ou elementos equivalentes
10. Pisos técnicos e especiais, inclusive granilite, granitina, piso vinílico, cerâmico hospitalar ou soluções equivalentes
11. Esquadrias, portas especiais, janelas e elementos de fechamento compatíveis com ambientes institucionais ou assistenciais
12. Revestimentos especiais internos, acabamentos laváveis, componentes técnicos de áreas críticas e ambientes de uso sensível
13. Instalações elétricas prediais de maior porte
14. Sistemas de alimentação principal, quadros, alimentadores, infraestrutura de distribuição e sistemas correlatos
15. Subestação, grupo gerador, chave de transferência, alimentação crítica, QTA, SPDA ou componentes equivalentes
16. Cabeamento de potência e sistemas elétricos especiais compatíveis com edificação de maior complexidade
17. Sistema de climatização hospitalar ou institucional de maior porte
18. Sistemas VRF, centrais de ar, evaporadoras, condensadoras ou soluções equivalentes
19. Sistemas de exaustão, pressurização, renovação de ar ou climatização de ambientes sensíveis
20. Sistemas de climatização em áreas técnicas, assistenciais, críticas ou semicríticas
21. Sistema de gases medicinais em unidade assistencial, hospitalar, clínica, policlínica, centro cirúrgico, maternidade ou ambiente técnico equivalente
22. Rede, central, pontos, válvulas, alarmes, tubulações, testes e comissionamento de gases medicinais
23. Usina de oxigênio, central de gases ou sistema equivalente
24. Tubo em cobre rígido DN 28 mm para ramal e sub-ramal de gás medicinal
25. Sistema de prevenção e combate a incêndio, inclusive rede de hidrantes, válvulas, registros, motobomba, abrigo, acessórios e componentes correlatos
26. Instalações hidrossanitárias prediais de porte compatível
27. Cabeamento estruturado, lógica, rede de dados, CFTV e infraestrutura de comunicação
28. Automação predial, quando integrante do objeto
29. Elementos hospitalares especiais, incluindo bancadas técnicas, áreas de esterilização, lavatórios específicos, portas especiais antirradiação, componentes de isolamento radioativo e demais elementos compatíveis com ambientes assistenciais
30. Testes, partida, comissionamento e entrega funcional de sistemas especiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ nº. 13.809.041/0001-75
RUA DR. JOSÉ GONÇALVES DE SÁ, 24 – CENTRO – JEREMOABO/BA

ANEXO XII - MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, BDI, PLANTAS, LAYOUTS

LINK DE ACESSO AOS PROJETOS E PLANILHAS

https://drive.google.com/open?id=1a_fkqL0Of8XDHOfbm3bq-wAmK4wAMjUk&usp=drive_fs